



Tribunal de Contas
Mato Grosso

ASSESSORIA DO AUDITOR SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO
Isaías Lopes da Cunha
Telefones: (65) 3613-7627 | 7141 | 2961
E-mail: gab.isaiaslopes@tce.mt.gov.br

PROCESSO Nº	:	182.886-0/2024
PROCEDÊNCIA	:	MATO GROSSO PREVIDÊNCIA
INTERESSADA	:	EROISA DE MELLO SCHAUSTZ
ASSUNTO	:	REVISÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ
RELATOR	:	AUDITOR SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO ISAÍAS LOPES DA CUNHA

I – RELATÓRIO

O Mato Grosso Previdência (MTPREV) encaminha, para fins de registro, o Ato de Revisão de Aposentadoria por Invalidez, concedida à **Sra. EROISA DE MELLO SCHAUSTZ**, CPF 362.168.361-53, servidora efetiva, no cargo de Assist. Sist. Penitenciário, Classe “D”, Nível “07”, lotada na Secretaria de Estado de Segurança, no Município de Várzea Grande-MT, com fundamento no artigo 40, § 1º, da Constituição da República, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, c/c os termos do artigo 6º-A da Emenda Constitucional nº 70/2012, mais as disposições da parte final do inciso I, do artigo 213, da Lei Complementar nº 04/1990; Processo do MTPREV nº 2023.12.00005; Acórdão nº 536/2022 – PV, bem como nos arts. 10, inciso XXIII, 211, inciso II e 212, da Resolução Normativa TCE-MT nº 16/2021.

2. Verifica-se nos autos que o Ato nº 685/2021 de concessão de Aposentadoria Voluntária por Invalidez, foi registrado neste Tribunal por meio do Acórdão nº 536/2022 – TP (Plenário Virtual) (Processo nº 44.551-7/2021) (Doc. 449891/2024, p. 10/11)

3. A revisão é em decorrência da publicação do Ato nº 3130/2023, que retificou em parte o Ato nº 685/2021, para considerá-la aposentada nos termos do referido Ato, porém na Classe “D”, Nível “07”, publicados no Diário Oficial do Estado de





Tribunal de Contas
Mato Grosso

ASSESSORIA DO AUDITOR SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO

Isaías Lopes da Cunha

Telefones: (65) 3613-7627 | 7141 | 2961

E-mail: gab.isaiaslopes@tce.mt.gov.br

Mato Grosso, em 22/01/2021 e 26/02/2024, respectivamente (Doc. 449891/2024, p. 18/38.).

4. O órgão previdenciário, após examinar os documentos remetidos pela interessada, manifestou-se favoravelmente ao pedido, atestando a legalidade da planilha de proventos (Doc. 547714/2024).

5. A Unidade de Instrução, após análise simplificada, elaborou o Relatório Técnico Preliminar, no qual sugere nos termos dos artigos 10, inciso XXIII, 100 e 212, da Resolução Normativa nº 16/2021 – TCE/MT o registro do Ato Administrativo nº 3130/2023, que retificou o Ato Administrativo nº 685/2021, bem como pela legalidade da planilha de proventos (Doc. 547714/2024).

6. Na forma regimental, o Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 5.234/2024, da lavra do Procurador de Contas, Dr. Getúlio Moreira Filho, manifestou pelo registro do Ato nº 3.130/2023, que retificou em parte o Ato nº 685/2021 e pela legalidade da planilha de proventos (Doc. 534367/2024).

É o relatório.

